

ANEXO I – Lista ilustrativa contendo as características essenciais e responsabilidades da administração a serem considerados pelo auditor como parte de seu entendimento da estrutura de controles internos da instituição

1. Este anexo tem a finalidade de auxiliar os auditores independentes no atendimento dos requerimentos da Resolução CMN nº 4.910 e Resolução BCB nº 130. A lista de verificações não é exaustiva, não se trata de programa de trabalho, não tem o intuito de ser um requerimento adicional ao auditor e pressupõe que (i) a Entidade seguiu os requerimentos sobre os sistemas de controles internos previstos na Resolução CMN nº 4.968, e normas complementares do BACEN aplicáveis às administradoras de consórcios e instituições de pagamentos, e (ii) o auditor aplicou seu julgamento profissional para determinar a natureza, época e extensão de seus trabalhos sobre os controles internos relevantes que o permitisse expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Entidade, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Para os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis devem ser utilizadas as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Para entendimento amplo dos aspectos de identificação e avaliação de riscos, incluindo aspectos envolvendo o entendimento dos componentes do sistema de controles internos da entidade, as normas de auditoria em vigor devem ser consultadas na sua íntegra em particular, mas não limitado à NBC TA 315.
2. As deficiências de controles internos reportadas pelo auditor no relatório a que se refere esse CT devem incluir os assuntos identificados pelo auditor no curso de sua auditoria das demonstrações contábeis.

A – Das características essenciais

I – Continuidade e efetividade

- a) Os sistemas de controles internos definem as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos considerados relevantes pela Instituição aos quais está exposta?

II - Atividades rotineiras das áreas relevantes da instituição

- a) Há evidências de que os sistemas de controles internos abordam as atividades rotineiras e relevantes da Instituição?

III – Revisão e atualização periódica

- a) Há evidência de que o processo de monitoramento do sistema de controle interno está documentado, principalmente pela identificação das alterações introduzidas ao longo do tempo?
- b) A Instituição evidencia a existência de Políticas Institucionais, contendo as diretrizes de funcionamento (políticas e práticas de negócio, por exemplo) bem como processos internos que garantam a sua divulgação dentro da organização?
- c) Há evidências de que essas políticas institucionais estão disseminadas na Instituição?
(*) Políticas institucionais são diretrizes formuladas pela alta administração, formalizadas e aplicáveis a toda instituição e que estabelecem os principais aspectos dos negócios, sua organização, direção e administração.
- d) Há evidência sobre a existência de estrutura organizacional que sirva de suporte ao desenvolvimento da atividade e à implementação de um sistema de controle interno?
- e) Há evidência de que a sua estrutura organizacional é compatível ao tamanho, natureza e complexidade da atividade desenvolvida pela Instituição?

Aspectos relacionados à cultura de controle:

IV - Definição das responsabilidades dos funcionários nos sistemas de controles internos e dos respectivos meios para o seu eficaz cumprimento.

- a) A Instituição possui descrição das competências requeridas para as principais funções?
- b) A Instituição evidencia a observância dessas competências no recrutamento de colaboradores?
- c) A Instituição evidencia o acompanhamento e avaliação periódica da performance dos colaboradores?
- d) Há evidência de que a estrutura organizacional é do conhecimento dos colaboradores?
- e) Há evidência do envolvimento da administração na definição, aprovação e revisão das políticas de recursos humanos, principalmente as relativas ao recrutamento, avaliação, promoção, desenvolvimento profissional, remuneração e medidas disciplinares aplicáveis em caso de não cumprimento das obrigações legais ou dos deveres dos colaboradores?

V – Obrigatoriedade de comunicação tempestiva ao adequado nível gerencial, por parte dos funcionários

- a) A Instituição possui controles internos que preveem a obrigatoriedade de comunicação tempestiva ao adequado nível gerencial, por parte dos funcionários de:
 - (i) problemas nas operações?
 - (ii) situações de não conformidade com os padrões de conduta definidos pela instituição?
 - (iii) violações das políticas da instituição ou de disposições legais e regulamentares?

VI - Proibições de estabelecimento de metas de desempenho que incentivem a tomada de riscos em desacordo com os níveis determinados pela alta administração

- a) A Instituição possui controles internos que preveem proibições de estabelecimento de metas de desempenho que incentivem a tomada de riscos em desacordo com os níveis determinados pela alta administração?

VII - Formalização do compromisso com a ética e com a integridade, incluindo o cumprimento do código de ética ou de documento equivalente incluindo a divulgação do código de ética ou documento equivalente

- a) A Instituição possui um Código de Ética?
- b) Há evidências de que esse Código está disseminado na Instituição?
- c) Há algum procedimento em que os funcionários preparam uma declaração periódica sobre o cumprimento das políticas sobre ética e integridade?
- d) Há algum treinamento obrigatório aos funcionários relacionado ao código de ética da entidade?

Aspectos relacionados à identificação e à avaliação de controle:

VIII – Identificação e avaliação contínua dos fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição e, quando aplicável, do grupo econômico que esta integra

- a) Há evidência de que a Instituição desenvolveu, implementou e mantém processo de identificação dos fatores (internos e externos) em relação às principais categorias de risco (crédito, mercado e operacional)?
- b) Esse processo está documentado? Como?

- c) Há evidência de que o processo abrange todos os principais produtos operados pela Instituição e quando aplicável pelo grupo econômico que ela integra?
- d) Há evidência de revisão periódica para se assegurar que o processo continua cobrindo os principais riscos e que eventuais novos riscos possam ser tempestivamente identificados?

IX - Revisão e atualização periódica dos sistemas de controles internos, com a inclusão de medidas relacionadas a riscos novos ou não abordados anteriormente.

- a) A estrutura organizacional, incluindo as competências e responsabilidades, as linhas de reporte e de autoridade e o grau e âmbito de cooperação entre as diversas funções, está documentada?
- b) Há evidência de que essa documentação é analisada e revista periodicamente para garantir que esteja atualizada e adequada?
- c) A estrutura organizacional inclui uma área específica que tem por objetivo gerenciar os riscos da Instituição?
- d) Essa estrutura inclui a função de Auditoria Interna?
- e) Há evidência de que a Instituição efetuou as atualizações das premissas, metodologias e modelos de gestão de risco em decorrência de mudanças nas operações ou nos riscos enfrentados pela Instituição?
- f) Essas atualizações são formalmente aprovadas e documentadas?

X - Medidas para mitigação dos riscos não tolerados e não controlados

- a) Há evidências de que a Instituição implementou políticas e procedimentos que assegurem, de forma tempestiva, a prevenção de situações não toleradas ou não controladas?
- b) Não obstante os procedimentos de prevenção, podem ocorrer situações não toleradas ou não controladas. Dessa forma, há evidências de que foram implementados controles para detectar essas situações, de modo a permitir a adoção de medidas corretivas?
- c) Há evidência de que foram definidos requisitos para aprovar ou renovar as operações, considerando o risco existente, com a identificação das condições que devem ser previamente verificadas e a atribuição de competências para a aprovação e renovação?
- d) Foram estabelecidos limites objetivos para cada um dos riscos incorridos nas atividades desenvolvidas?
- e) Há evidência de que os relatórios utilizados para gerenciamento de riscos têm suas bases reconciliadas com dados contábeis, quando aplicável?
- f) Há evidência de que a Instituição desenvolveu e implementou processo de avaliação da probabilidade de ocorrência de perdas e da respectiva magnitude em relação a cada categoria de risco?
- g) Esse processo de avaliação está suportado por análises qualitativas e quantitativas, de acordo com a natureza, magnitude do risco e complexidade da atividade desenvolvida pela instituição?
- h) Há evidências de que o processo está baseado em hipóteses, parâmetros e fontes de informação considerados adequados e confiáveis?
- i) Há evidências de que os testes de estresse são efetuados e documentados regularmente? (Dependendo da situação específica, eles podem envolver testes de cenários adversos que englobem a evolução conjunta de diferentes fatores de risco ou análises de sensibilidade simplificadas)

XI - Análise de potencial ocorrência de fraudes nas atividades desenvolvidas em todos os níveis de negócios

- a) Há evidência de obrigações de se relatar sempre que ocorram desvios, erros, fraudes, descumprimentos e outras situações de exceção relativamente às políticas, aos procedimentos e aos limites estabelecidos?
- b) Existe evidência de que esses relatórios sobre descumprimentos são aprovados pelos níveis superiores?
- c) Há uma periodicidade mínima para essa análise objetivando a detecção tempestiva de desvios e a tomada de decisões pela administração em tempo oportuno?

Aspectos relacionados às atividades de controle e segregação de funções:

XII - Políticas e procedimentos de controle, bem como a verificação do seu cumprimento

- a) Há evidências de políticas e procedimentos de controle, bem como a verificação do seu cumprimento?

XIII - Revisão e acompanhamento de atividades relevantes pelos adequados níveis gerenciais

- a) Os sistemas de controles internos preveem revisão e acompanhamento de atividades relevantes pelos adequados níveis gerenciais?

XIV - Controles de atividades apropriados para os diferentes departamentos ou áreas de negócios

- a) Há evidências de controles de atividades planejados para os diferentes departamentos ou áreas de negócios?

XV - Controles físicos de ativos de valor, como acesso restrito, dupla custódia e inventários periódicos

- a) Há evidência de imposição de restrições de segurança no acesso a ativos de valor, como acesso restrito, dupla custódia e inventários periódicos, por meio de barreiras físicas ou de sistemas, que garantam a proteção contra utilizações não autorizadas?

XVI - Verificação do cumprimento dos limites de exposição e acompanhamento das situações de não conformidades

- a) A instituição possui uma política com os limites de exposição que está disposta a assumir?
- b) Há evidências de que a Instituição verifica o cumprimento dos limites de exposição e acompanhamento das situações de não conformidades?

XVII - Sistema de aprovações e autorizações de transações sensíveis e de verificação e reconciliação

- a) Há evidência de que a Instituição mapeou as transações sensíveis e estabeleceu política formal de autorizações?
- b) Essa política estabelece limites de alcada e responsabilidade para autorização?
- c) Há evidências de verificação e reconciliação das aprovações e autorizações de transações sensíveis?

XVIII - Segregação apropriada das funções atribuídas aos integrantes da instituição, de forma a evitar situações de conflito de interesses

- a) Há evidência de que a Instituição mapeou as principais atividades e funções e estabeleceu procedimentos para preservar a segregação de funções?
- b) Há controles de identificação e monitoramento independentes de áreas que possuam potencial conflito de interesses, com revisão periódica das responsabilidades e das funções que possam gerar conflitos dessa natureza?

XIX - Identificação e monitoramento independentes de áreas que possuam potencial conflito de interesses, com revisão periódica das responsabilidades e das funções que possam gerar conflitos dessa natureza

- a) Há evidência de que foi considerada a segregação de funções que envolvam responsabilidades conflitantes, principalmente nas operações de crédito e de tesouraria, entre a autorização, a execução, o registro, a guarda de valores e o respectivo controle?
- b) Há evidência de revisão periódica das responsabilidades e das funções que possa gerar conflitos de interesses?

XX - Controles que visem a evitar o envolvimento da instituição em atividades indevidas ou ilícitas, em especial as relacionadas aos riscos sociais, ambientais e climáticos

- a) Há evidências de controles com o objetivo de evitar o envolvimento da instituição em atividades indevidas ou ilícitas, em especial as relacionadas aos riscos sociais, ambientais e climáticos?

XXI - Procedimentos e controles previstos na legislação e regulamentação vigentes, visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e de financiamento do terrorismo

- a) Há evidência de que foram implementados controles que visem evitar o envolvimento da instituição em atividades indevidas ou ilícitas, em especial os procedimentos e controles para reconhecer, deter e informar atividades de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo?

XXII - Controles para prevenção, detecção, investigação e correção de fraudes

- a) Há evidências de controles para prevenção, detecção, investigação e correção de fraudes?

Aspectos relacionados à informação e à comunicação:

XXIII - Canais de comunicação efetivos que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a informações comprehensíveis, confiáveis, tempestivas e relevantes para realização de suas tarefas e cumprimento de suas responsabilidades

- a) Há evidência de que a Instituição implementou processos de comunicação formais e linhas de reporte que garantam comunicação das políticas de controles internos e de informações comprehensíveis e confiáveis que sejam relevantes para a realização de suas tarefas e cumprimento de suas responsabilidades de forma tempestiva em todos os níveis da organização?

XXIV - Fluxos de informações adequados para que os objetivos, estratégias, expectativas, políticas e procedimentos estabelecidos pelos superiores cheguem aos funcionários e as informações relevantes sejam compartilhadas entre os componentes organizacionais

- a) A Instituição possui uma política de treinamento formal que abranja os riscos enfrentados pela Instituição e os controles internos implementados para enfrentar esses riscos?
- b) Há evidências da participação do corpo funcional nesses treinamentos?
- c) Há evidência de que a comunicação e linhas de reporte promovem a divulgação da informação de forma a clarificar quais são os deveres e responsabilidades de cada colaborador nos processos de controles internos?
- d) A Instituição possui políticas e comunicações voltadas para assegurar que todo pessoal compreenda os objetivos da entidade, saiba como as suas ações individuais se inter-relacionam, contribuem para esses objetivos e reconheçam como e pelo que serão considerados responsáveis?

XXV - Metodologias para o registro e a manutenção de informações internas à instituição, como dados financeiros, operacionais e de conformidade

- a) Há evidência de que a instituição desenvolveu e implementou processos formais de obtenção e

tratamento das informações, que consideram o tamanho, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, que suportem a tomada de decisões pelos órgãos de administração e de gestão e permitam o cumprimento das obrigações perante terceiros?

- b) Esse processo está suportado por um sistema contábil que objetive registrar, classificar, associar e arquivar as operações realizadas pela Instituição?
- c) Há evidência de que a Instituição mapeou os principais relatórios contábeis e administrativos a serem elaborados e estabeleceu procedimentos para cumprimento dos objetivos, prazos e nível de informação?
- d) Há evidência de que a Instituição mapeou as conciliações contábeis a serem elaboradas e os ativos a serem inspecionados?
- e) Esse mapeamento inclui a periodicidade dessas conciliações e revisões por níveis apropriados da administração?

XXVI - Diretrizes para a utilização de fontes externas de informações e para a divulgação ao público externo sobre eventos e condições de mercado relevantes para a tomada de decisão

- a) Há uma política formal quanto à utilização de fontes externas de informações?
- b) Há uma política formal quanto à divulgação ao público externo de eventos e condições de mercado relevantes para a tomada de decisão?

XXVII - Sistemas de informação confiáveis e as respectivas medidas de segurança e monitoramento independente para sua manutenção

Há evidência da existência de políticas relacionadas a medidas de segurança e monitoramento independente do sistema de informação?

XXVIII - Requisitos relacionados ao adequado processamento de informações em formato eletrônico e previsão de trilha de auditoria adequada;

- a) Há uma política formal quanto ao processamento de informações em formato eletrônico e previsão de trilha de auditoria adequada?
- b) Os testes periódicos em relação aos sistemas de segurança informatizados incluem a avaliação dos requisitos relacionados ao processamento de informações em formato eletrônico e previsão de trilha de auditoria adequada?

XXIX - Testes periódicos de segurança para os sistemas de informações e de tecnologia

- a) Há uma política formal quanto à realização de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, incluindo aqueles informatizados?
- b) Há evidências de que a Instituição efetua testes periódicos de segurança dos sistemas de informações, em especial aqueles informatizados
- c) Os testes de segurança em relação aos sistemas de informações incluem o ambiente de suporte de TI aos sistemas aplicativos? Há procedimentos estabelecidos para segurança física, contemplando controle de acesso a ativos e registros contábeis e financeiros, e autorização de acesso a programas de computador e arquivos de dados?

XXX - Planos de retomada e contingência de negócios para situações de interrupção da prestação de serviços da instituição em decorrência de eventos fora do seu controle, com previsão de utilização de instalações físicas remotas, inclusive de serviços prestados por terceiros

- a) Há evidência de que foi definido e implementado pela Instituição um plano formal de contingência e continuidade para a área de Tecnologia da Informação?
- b) Esse Plano foi formalmente aprovado por níveis superiores?

Aspectos relacionados às atividades de Monitoramento

XXXI - Monitoramento contínuo da eficácia dos sistemas de controles internos e dos principais riscos associados às atividades da instituição

- a) A função de auditoria interna na Instituição está subordinada hierarquicamente de forma a garantir a sua independência em relação às áreas auditadas?
- b) A função da auditoria interna da Instituição possui como responsabilidade:
 - i) Elaborar e manter atualizado um plano de auditoria para examinar e avaliar a adequação e a eficácia dos diversos componentes do sistema de controle interno da instituição, bem como do sistema de controle interno como um todo?
 - ii) Emitir recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas e verificar a sua observância?
 - iii) Elaborar e apresentar aos órgãos de governança e/ou administração relatório periódico sobre questões de auditoria, incluindo as principais deficiências detectadas?

XXXII - Avaliações periódicas, inclusive por parte da auditoria interna, acerca da eficácia dos sistemas de controles internos e dos principais riscos associados às atividades da instituição

- a) As deficiências identificadas pela auditoria interna, assim como as consequentes recomendações, foram oportunamente registradas, documentadas e reportadas diretamente à administração (e responsáveis pela governança, quando sejam relevantes), de modo a garantir que as questões identificadas são prontamente consideradas?
- b) Está previsto acompanhamento contínuo por parte da função de auditoria interna das situações identificadas?

XXXIII - Acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, para avaliar, no mínimo, se:

- (i) os objetivos da instituição estão sendo alcançados;
 - (ii) os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos; e
 - (iii) eventuais desvios identificados estão sendo prontamente corrigidos.
- a) Há evidências de que as recomendações a respeito de eventuais deficiências identificadas pela auditoria interna ou pela função responsável pelo acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controle interno são analisadas, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso?
 - b) O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com os componentes do sistema de controles internos é objeto de relatórios, no mínimo semestral, contendo: (i) as conclusões dos exames efetuados; (ii) recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso; (iii) a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las?

XXXIV - Atualização de premissas, das metodologias e dos modelos de gestão de riscos

- a) A Instituição avaliou a necessidade de atualização de premissas, metodologias e modelos de gestão de risco, considerando que o processo de avaliação de riscos da entidade inclui a maneira como a administração identifica riscos do negócio relevantes para a elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável à entidade, estima a sua significância, avalia a probabilidade de sua ocorrência e decide por ações para administrar tais riscos e os resultados dessas ações?
- b) O plano de auditoria implementado pela Instituição visa assegurar um exame abrangente, orientado para o risco, das atividades, sistemas e processos da Instituição, que permita avaliar a

- adequação e a eficácia do sistema de controle interno?
- c) Foi delineado um programa que defina os objetivos da auditoria interna, identifique as atividades e os procedimentos de controle interno objeto de revisão?

XXXV - Metodologia e canais de relato sobre deficiências nos controles internos aos responsáveis, à diretoria e ao conselho de administração, no caso de falhas materiais.

- a) A Instituição possuiu política com os procedimentos estabelecidos para a comunicação de deficiências nos controles internos?
- b) A auditoria interna atua sem restrição de acesso a todas as atividades da Instituição, incluindo todas as dependências, inclusive no exterior, quando aplicável, bem como a toda a informação necessária à realização de seus trabalhos?

Relatório periódico

XXXVI – Relatório anual

- a) A Instituição emite relatório anual como resultado do acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com os sistemas de controles internos?
- b) O relatório é submetido ao conselho de administração ou, se inexistente, à Diretoria, bem como às auditorias interna e externa da instituição?
- c) O relatório permanece à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos?

XXXVII - Avaliação sobre a adequação e a efetividade dos sistemas de controles internos

- a) O relatório inclui considerações quanto a avaliação sobre a adequação e a efetividade dos sistemas de controles internos?

XXXVIII - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento, quando for o caso

- a) O relatório inclui considerações sobre as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento, quando for o caso?

XXXIX - a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las

- a) O relatório inclui considerações sobre a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las?

B – Da responsabilidade da Administração

I – Conselho de Administração (ou diretoria, para as instituições que não possuam conselho de administração)

- a) A Instituição detém controles que permitam que o conselho de administração garanta que:
- (i) a diretoria da instituição tome as medidas necessárias para identificar, medir, monitorar e controlar os riscos de acordo com os níveis de riscos definidos?
- (ii) as falhas ou deficiências identificadas sejam tempestivamente corrigidas?
- (iii) a diretoria da instituição monitore a adequação e a eficácia dos sistemas de controles internos?

- (iv) os sistemas de controles internos sejam implementados e mantidos de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.968, e normas complementares do BACEN aplicáveis às administradoras de consórcios e instituições de pagamentos?
- b) Há evidência de que a alta administração tem envolvimento com referência aos seguintes aspectos do controle interno:
- Aprovação da diretriz da instituição para sua implementação, incluindo as suas revisões e atualizações?
 - Definição, aprovação e revisão da estrutura organizacional da instituição para assegurar a sua implementação e manutenção?
 - Assegurar que os colaboradores da instituição compreendem o seu papel no sistema implementado?
 - Assegurar que áreas de potenciais conflitos de interesses são identificadas e sujeitas a um monitoramento independente?
 - Tomar as providências necessárias caso sejam identificadas deficiências na estrutura organizacional, não cumprimentos da cultura organizacional ou desvios em relação à estratégia aprovada?
- c) A alta administração da Instituição deve ter um conhecimento apropriado dos tipos de riscos a que a Instituição está exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que a instituição se encontra sujeita, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de um sistema de gestão de riscos apropriado e eficaz. Considerando essas premissas, existem evidências de que alta administração tem envolvimento com referência aos seguintes aspectos relacionados aos riscos enfrentados pela Instituição?
- Definição e revisão da política com os objetivos da instituição no que refere ao perfil de risco e ao grau de tolerância face ao risco?
 - Aprovação das políticas e procedimentos visando a identificação, avaliação, acompanhamento e controle dos riscos a que a instituição está exposta, e a sua implementação e cumprimento?
 - Política de aprovação de novos produtos e atividades da instituição, bem como as respectivas políticas de gestão de risco?
 - Verificação do cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de risco no sentido de possibilitar a prevenção, ou a detecção e correção das deficiências relevantes?
 - Requerimento de que sejam elaborados relatórios periódicos sobre os principais riscos a que a instituição está exposta e que sejam identificados os procedimentos de controle implementados para gerir esses riscos, evidenciando sua aprovação a esses relatórios?
 - Assegura-se de que as atividades de gestão de riscos estão sujeitas a revisões periódicas e que têm adequada independência das áreas operacionais e políticas próprias?
 - São designados responsáveis pela função de gestão de riscos e auditoria interna?
 - Pronuncia-se sobre os relatórios elaborados pelas funções de gestão de riscos e auditorias (interna e externa) que contenham recomendações para a adoção de medidas corretivas?

* Para as instituições que não possuam conselho de administração, as responsabilidades previstas no caput devem ser imputadas à diretoria da instituição.

II – Diretoria

- a) Há evidências de que a diretoria implementa as diretrizes relativas aos sistemas de controles internos aprovadas pelo conselho de administração?
- b) Há evidências de que a diretoria monitora a adequação e eficácia dos sistemas de controle interno?